



CONVOCATÓRIA

Nos termos estatutários e regulamentares, convoco a Assembleia Geral da Associação dos Inquilinos Lisbonenses, CRL, a reunir em sessão ordinária no próximo dia 28 de Novembro de 2017, pelas 16 horas, na sua sede sita na Av. Almirante Reis, nº 12, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1. Deliberar sobre o valor das quotas para o ano de 2018;
- Ponto 2. Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades e do Orçamento para o ano de 2018;
- Ponto 3. Informações.

Não havendo número legal de cooperadores em primeira convocação, convoco, desde já, a Assembleia para reunir, em segunda convocação, no mesmo local e dia e com a mesma Ordem de Trabalhos, pelas 17 horas, deliberando então com qualquer número de sócios presentes.

O plano de atividades e o orçamento encontram-se disponíveis na sede e delegações, bem como no site www.ail.pt

Lisboa, 10 Novembro 2017

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
(Dr. António Maria da Silva Freire)

Pub. Correio Manhã de 12 de Novembro

VALOR DAS QUOTAS PARA 2018

A Direção propõe que o valor anual das quotas para 2018 sejam os seguintes: Individual **€35,40** / Coletivo **€68,00**

PLANO DE ATIVIDADES PARA 2018

Nos termos dos Estatutos e Regulamentos, vem a Direção apresentar aos Cooperadores o Plano de Atividades e o Orçamento para o exercício do ano de 2018.

No ano que agora finda verificou-se a aprovação na Assembleia da República de importantes alterações aos regimes jurídicos do arrendamento e de obras em habitações, trazendo maior segurança aos inquilinos, alterações que de uma forma geral tiveram em conta as propostas da AIL, o que demonstra o conhecimento concreto da realidade e a justeza das propostas apresentadas.

Desde finais de 2016 e acentuadamente em 2017, aprofundou-se a discussão sobre a problemática da habitação e do arrendamento, devido à crescente escassez da oferta e ao constante aumento do preço, tanto das rendas como para aquisição, resultantes de programas de apoio a ocasionais residentes estrangeiros, situação entretanto agravada com o crescimento do turismo em habitações e a transformação de edifícios de habitação para hotéis e outros tipos de alojamento turístico,

Em setembro de 2016, a AIL tomou posição sobre esta matéria, propondo medidas para se dinamizar o arrendamento e se regravar o turismo em habitações (alojamento local), apresentando-as aos grupos parlamentares e contribuindo para colocar na agenda política e intensificar o debate sobre os problemas da Habitação.

Esta situação, particularmente em Lisboa, motivou igualmente a intervenção de outras Associações e Organizações que, no final de 2016, vieram a constituir o Movimento Morar em Lisboa, que a AIL integra, que elaborou e divulgou em janeiro de 2017 a CARTA ABERTA que foi subscrita por 34 Associações e Organizações e mais de quatro mil cidadãos.

Este Movimento veio contribuir para uma acrescida dinâmica do debate sobre esta problemática e também para colocar o tema habitação na agenda política nacional.

Em resultado desta dinâmica, o tema da habitação foi introduzido na campanha eleitoral e nos programas das diferentes candidaturas às eleições autárquicas de 1 de Outubro, não só em Lisboa, como praticamente em todo o país.

Entretanto, pressionado pela gravidade da situação e pelos crescentes problemas, o Governo apresentou em outubro último um conjunto de propostas de programas na perspetiva de tentar resolver alguns dos problemas existentes e a procurar criar alguma dinâmica no mercado de arrendamento.

Ainda em setembro, e no quadro da preparação do Orçamento de Estado para 2018, a AIL apresentou ao Governo e à Assembleia da República uma proposta com medidas administrativas e fiscais com vista à dinamização do arrendamento, bem como para se regravar o alojamento turístico em habitações, aguardando-se que em 2018 algumas destas medidas venham a ser consideradas e aplicadas.

Assim, a Direção propõe-se:

1. Continuar a defender intransigentemente os interesses e direitos dos inquilinos, bem como dos cidadão em geral, para o acesso a uma Habitação Digna.
2. Continuar o desempenho do destacado papel da AIL como parceiro social intervindo junto dos Órgãos do Poder Central e Municipal.
3. Intervir na discussão pública dos projetos de programas apresentados pelo Governo e/ou pelos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, criticando, sugerindo e apresentando propostas.

4. Apresentar ao Governo e à Assembleia da República propostas para um novo quadro legislativo do arrendamento urbano, habitacional e não habitacional.
5. Continuar a intervir junto da Comunicação Social sempre que seja solicitada e a divulgar as propostas e a ação da AIL.
6. Manter a qualidade de membro e a relação com a IUT – International Union of Tenants.
7. Continuar a colaboração com a Associação dos Inquilinos do Norte de Portugal, bem como com as organizações congéneres de outros países, designadamente com os nossos vizinhos de Madrid e de Barcelona.
8. Continuar a participar nos movimentos cívicos e associativos, em particular no Movimento Morar em Lisboa.
9. Continuar o relacionamento cordial com as diversas Associações intervenientes na área da habitação e urbanismo, designadamente com a Associação Lisbonense de Proprietários, a Associação Nacional de Proprietários e a APEMIP.
10. Continuar a participar construtivamente na CAMAU-Comissão de Acompanhamento do Mercado de Arrendamento Urbano, na CNAPU-Comissão Nacional de Avaliação de Prédios Urbanos, no IHRU-Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e outras entidades.
11. Manter o relacionamento com associações de moradores, associações sindicais, profissionais, culturais, recreativas e desportivas, e outras congéneres.
12. Melhorar e promover o serviço de administração de condomínios.
13. Prosseguir a gestão rigorosa dos recursos financeiros.
14. Continuar a tentar criar condições financeiras, mesmo num quadro de evidentes dificuldades e constrangimentos, de modo a poder editar e distribuir o Boletim da AIL, "HABITAÇÃO", pelo menos uma vez por ano.
15. Continuar a incentivar a participação dos trabalhadores na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cooperadores e atrair e captar novos membros.

ORÇAMENTO CORRENTE PARA 2018

RENDIMENTOS		2018	2017	Variação 2017/2018	
Quotização		496 309,00	489 490,00	6 819,00	1,39%
	Quotas	467 250,00	461 900,00	5 350,00	1,16%
	Quotas de Antiguidade	9 679,00	9 215,00	464,00	5,04%
	Quotas de Inscrição	19 380,00	18 375,00	1 005,00	5,47%
Atendimento de Cooperadores		27 000,00	25 000,00	2 000,00	8,00%
Administração de Condomínios		72 000,00	78 000,00	-6 000,00	-7,69%
Subsídios à Exploração		0,00	0,00	0,00	0,00%
Reversões		0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros Rendimentos e Ganhos		8 000,00	8 000,00	0,00	0,00%
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares		30,00	30,00	0,00	0,00%
TOTAL		603 339,00	600 520,00	2 819,00	0,47%
GASTOS		2018	2017	Variação 2017/2018	
Fornecimentos e Serviços Externos		165 000,00	160 000,00	5 000,00	3,13%
Pessoal		345 000,00	323 000,00	22 000,00	6,81%
Gastos de Depreciação e de Amortização		24 000,00	26 000,00	-2 000,00	-7,69%
Perdas por Imparidade		0,00	0,00	0,00	0,00%
Perdas por Deduções do Justo Valor		0,00	0,00	0,00	0,00%
Provisões		0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros Gastos e Perdas (Impostos e outros)		20 000,00	20 000,00	0,00	0,00%
Gastos e Perdas de Financiamento		6 000,00	6 000,00	0,00	0,00%
TOTAL		560 000,00	535 000,00	25 000,00	4,67%
Saldo de Gerência - Excedente		43 339,00	65 520,00	-22 181,00	-33,85%
FINANCIAMENTO		2018	2017	Variação 2017/2018	
Entradas de Capital		10 200,00	9 800,00	400,00	4,08%
TOTAL		10 200,00	9 800,00	400,00	
RÁCIOS		2018	2017		
Quotização/Rendimentos		82,26%	81,51%		
Administração de Condomínios/Rendimentos		11,93%	12,99%		
Atendimento/Rendimentos		4,48%	4,16%		
Pessoal/Rendimentos		57,18%	53,79%		
Pessoal/Quotização		69,51%	65,99%		
FSE/Rendimentos		27,35%	26,64%		
Gastos Financeiros/Rendimentos		0,99%	1,00%		

A Direção:

Romão Lavadinho - Presidente, António Machado - Secretário-Geral, Ramiro Silva - Tesoureiro, Ricardina Lourenço - Vogal, Hernâni Oliveira - Vogal, Maria do Carmo Tavares - Vogal e Joaquim Granadeiro - Vogal

FICHA TÉCNICA:

NEWSLETTER da
Associação dos Inquilinos Lisbonenses
Fundada em 11 de Março de 1924
Instituição de utilidade pública
Director: António Machado
Data: Novembro 2017

CONTACTOS:

Sede:
Av. Almirante Reis, 12 – 1169-199 Lisboa
Tel. 218 854 280 – Fax 218 854 281
Administração de Condomínios:
Tel. 218 854 296 / 7
E-mail: condominio@ail.pt

Delegações:

Almada: R. Espatários, 23 B — Tel. 212 769 061

Amadora: R. 27 de Junho, 8 - Rc Esq.— Tel. 214 945 776

Barreiro: R. Dr António José de Almeida, 19 A — Tel. 212 079 255